

MOÇAMBIQUE

2015

André ALMEIDA SANTOS / a.almeidasantos@afdb.org
Economista-país Principal, AfDB Mozambique

Luca Monge ROFFARELLO / Luca.monge.roffarello@undp.org
Conselheiro Económico, UNDP Mozambique

Manuel FILIPE / manuel.filipe@undp.org
Especialista de Programa, UNDP Mozambique





MOÇAMBIQUE

- Em 2014, o PIB real cresceu 7.6% e deverá manter-se elevado, em 7.5% e 8%, respetivamente, em 2015 e 2016, impulsionado pelos setores dos transportes e comunicações e da construção.
- As eleições legislativas e presidenciais de 2014 confirmaram a Frelimo no poder. No entanto a Renamo ainda não aceitou o resultado das eleições, embora os seus deputados tenham assumido os respetivos lugares no parlamento. A implementação do acordo de paz de setembro 2014 será fundamental para garantir a futura inclusão política, a paz e a segurança interna.
- Grandes projetos e o desenvolvimento de infraestruturas relacionadas com a extração mineira, no centro e norte do país, oferecem uma oportunidade única para aumentar a inclusão espacial, para atingir uma maior descentralização e expandir a integração regional, seguindo o modelo bem-sucedido do Corredor de Maputo.

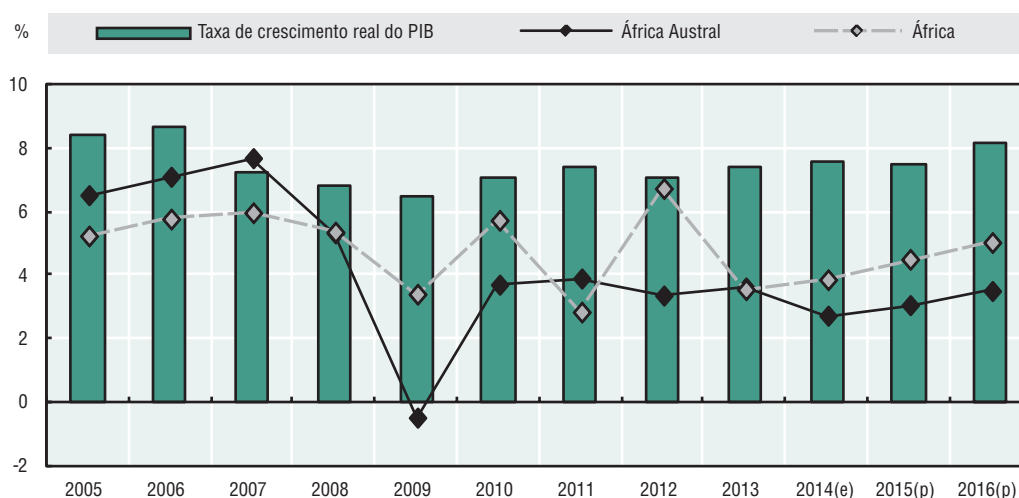
Visão geral

Em 2014, a economia de Moçambique continuou a registar bons resultados, com um crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 7.6% e com as perspetivas a permanecerem positivas. É esperado um crescimento sustentado de 7.5% em 2015 e de 8% em 2016. Como nos anos anteriores, os principais motores do crescimento continuarão a ser a despesa pública e o Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Os principais setores beneficiários são a construção, os serviços às empresas, transportes e comunicações, o setor financeiro e as indústrias extrativas. No curto prazo, o principal desafio de Moçambique reside em manter-se atrativo para o IDE e, ao mesmo tempo, garantir a sustentabilidade orçamental e da dívida. Os elevados défices orçamentais consecutivos, que atingiram 10.1% do PIB em 2014, atiraram a dívida pública para 56.8% do PIB. Prevê-se uma consolidação orçamental progressiva em 2015 e 2016, acomodando também uma diminuição do apoio ao orçamento por parte dos doadores.

Apesar da produção de carvão ter sido menor do que o previsto, o setor extrativo é um importante motor económico. O governo reviu completamente o enquadramento legal e fiscal para o setor de mineração e hidrocarbonetos, com o objetivo de aumentar as receitas e ampliar a participação nacional no setor. Foi negociado um contrato para a concessão de uma fábrica de Gás Natural Liquefeito (GNL), embora a actual depressão nos mercados internacionais do petróleo possa atrasar a decisão final de investimento e a implementação do projeto. Mesmo assim, um quinto concurso internacional foi lançado para a exploração de novos campos de petróleo e gás, abrindo perspetivas de novas descobertas de hidrocarbonetos. O persistente conflito armado latente entre o governo e a Renamo (Resistência Nacional Moçambicana) terminou num acordo de paz, em agosto de 2014, abrindo o caminho para as pacíficas eleições legislativas e presidenciais de outubro. A Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) venceu e o seu candidato Filipe Nyusi é o novo presidente.

Moçambique estruturou a sua estratégia de desenvolvimento de acordo com os Programas de Iniciativas Regionais de Desenvolvimento Espacial (RSDIP, sigla em inglês) e os polos de crescimento (PC). Estes polos procuram ampliar o impacto dos limitados recursos financeiros, otimizando os investimentos de infraestruturas em áreas-chave ou ao longo de corredores geográficos. Normalmente ancorados em grandes projetos públicos, os RSDIP e os GP visam fomentar o crescimento, atraindo pequenas e médias empresas a montante e a jusante dos projetos de investimento de grande escala. O Corredor de Desenvolvimento de Maputo, considerado um modelo para as estratégias RSDIP e GP, está entre os corredores mais desenvolvidos da África subsariana e tem sido muito bem-sucedido no âmbito do desenvolvimento económico local. Moçambique tem dois polos de crescimento e cinco corredores principais de desenvolvimento.

Figura 1. Taxa de crescimento real do PIB



Fontes: BAD, dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).

Tabela 1. Indicadores macroeconómicos

	2013	2014(e)	2015(p)	2016(p)
Taxa real de crescimento do PIB	7.4	7.6	7.5	8.1
Taxa real de crescimento do PIB per capita	4.9	5.1	5.1	5.7
Inflação medida pelo IPC	4.2	2.4	5.1	5.6
Saldo orçamental em % do PIB	-2.9	-10.0	-7.4	-6.7
Conta corrente em % do PIB	-37.2	-39.2	-45.7	-46.8

Fonte: Baseado em dados do Instituto Nacional de Estatística; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

Evolução recente da economia e perspetivas

Moçambique está a atravessar um período de transição política e económica, com um presidente recém-eleito e com o lançamento previsto de projetos de gás natural que prometem alterar a paisagem económica e social do país de forma profunda. As eleições legislativas e presidenciais de outubro de 2014 deram ao partido Frelimo no poder um mandato renovado e o Presidente Nyusi assumiu as rédeas do poder das mãos do presidente cessante, Armando Guebusa, em janeiro de 2015. Neste contexto de mudança, o governo aprovou recentemente uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) de longo prazo, que cobre o período de 2015 a 2035. A ENDE coloca particular ênfase na industrialização e nas principais áreas prioritárias, a agricultura, as pescas, a diversificação industrial, as infraestruturas, as indústrias extrativas e o turismo.

O forte impulso da economia moçambicana continuou em 2014, com um crescimento real do PIB de 7.6%, que compara com 7.4% em 2013. Esta taxa de crescimento ficou 0.4% abaixo das projeções iniciais, devido principalmente à menor produção de carvão relativamente ao previsto e às tensões militares na região central do país, que tiveram um impacto negativo na atividade económica. O IDE, um dos principais motores do crescimento, sofreu uma redução de 28% em relação aos níveis recordes de 2013, atingindo, no entanto, 4.2 mil milhões de USD (22% do PIB). As despesas públicas, outro grande motor do crescimento económico, aumentaram de 31.6% do PIB em 2012, para um recorde de 41.4% em 2014, com as despesas de capital programadas em 14.5% do PIB. Os principais setores beneficiários são a construção, os serviços às empresas, os transportes e comunicações, e as indústrias extrativas, todos altamente correlacionados com



os megaprojetos e o desenvolvimento de infraestruturas. O aumento do rendimento per capita, juntamente com a forte expansão do crédito (25% em termos homólogos em 2014) tem alimentado o crescimento do setor financeiro, em particular nas áreas urbanas. Apesar do seu progressivo declínio em importância, os fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento continuam a representar 9.5% do PIB, em torno de 1.7 mil milhões de USD, e têm-se assumido como um motor substancial de desenvolvimento dos setores da educação e saúde, bem como das infraestruturas em geral.

Em 2014 as contas nacionais foram recalculadas em valores de 2009. Este novo cálculo resultou num aumento de 0.4% do PIB para 2013. No entanto, a estrutura da economia permanece inalterada, com uma base de produção estreita e uma integração residual nas cadeias de valor globais. As atividades terciárias contribuíram com 55.8% para o PIB, o setor secundário com 14.9%, e o setor primário representa 34.1%. O sector agrícola, que emprega 80% da população e contribui para mais de um quarto do PIB, continua o seu mau desempenho relativo, registando um crescimento de 4.6% em 2014. O setor é marcado por uma baixa produtividade e necessita da transferência de tecnologia e de investimento. Além disso, as áreas rurais são as mais vulneráveis a secas, cheias e ciclones. As principais culturas de rendimento continuam a ser as tradicionais: tabaco, açúcar, algodão e madeira, com um peso limitado nas exportações, enquanto o país ainda importa uma parte significativa de bens alimentares. Problemas de acesso à terra e/ou infraestruturas deficientes têm dificultado os investimentos de grande escala, tais como o projeto tripartido entre o Japão, o Brasil e Moçambique, ProSavana, e outros investimentos estrangeiros de grande dimensão da China e do Vietname. A nova “Lei da Agricultura, Segurança Alimentar e Nutrição” está a ser elaborada e deverá ser debatida e aprovada em 2015.

O setor industrial emprega 2.8% da força de trabalho e é dominado pela fábrica de fundição de alumínio Mozal, que responde por um quarto de todas as exportações. Em 2014, um investimento de 150 milhões de USD, promovido pela China Tong Jian Investment Company e o governo moçambicano, foi feito numa empresa de montagem de automóveis. No entanto, excluindo a Mozal, durante a última década, o setor registou um desempenho significativamente inferior. O governo está a preparar uma nova política industrial para 2015, enquanto o novo ENDE se centra na industrialização como um espaço para a transformação. Novas Zonas Económicas Especiais (ZEE) estão a ser estudadas, com vista a oferecer às empresas de exportação regimes aduaneiros especiais, apoio institucional e incentivos fiscais.

Em 2014, foi inaugurada a primeira fábrica de energia a gás em grande escala em Moçambique. A Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG) de 175 MW, num investimento de 273 milhões de USD, é abastecida pelo gás natural moçambicano produzido nos campos de Pande. Também foi atribuída uma concessão para a construção de uma fábrica de energia a carvão de 600 MW associada à mina de carvão de Moatize, da empresa Vale, na província de Tete. A procura de energia está a crescer a uma taxa anual de 15% exigindo um impulso do investimento estrutural no setor. O projecto de 5 mil milhões de USD, para produção de energia eléctrica, promovido em parceria pela Sociedade de Transmissão de Energia (STE) e o projecto da hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa é crucial para desbloquear o desenvolvimento do setor da energia. Todavia, o projeto encontra-se parado desde 2012 devido a divergências entre investidores.

O setor extrativo registou o mais alto crescimento em 2014, na ordem de 22%, impulsionado pelo aumento das exportações de carvão. Não obstante, o setor é representativo dos desafios que Moçambique enfrenta. Desde 2007, investimentos multimilionários foram aplicados em mega minas de carvão e em infraestruturas de transportes, aumentando as expectativas do país num efeito de arrastamento sobre o desenvolvimento económico e as receitas fiscais. Contudo, desde então, os preços internacionais de carvão caíram para metade e as exportações têm sido dificultadas pelas insuficientes infraestruturas e logística. Atualmente, todos os projetos de extração de carvão estão a operar com perdas. A empresa Rio Tinto decidiu sair do país com perdas de cerca de 4 mil milhões de USD, vendendo o seu projeto Benga à empresa indiana, International Coal Ventures Pvt Ltd (ICVL) por 50 milhões de USD. A Vale também declarou estar a equacionar



vender parte de sua participação no projeto Moatize. O seu investimento de 4.5 mil milhões de USD, em 900 km de linha de caminho-de-ferro de Moatize, através de Malawi, para o porto de Nacala, no norte deverá estar operacional em 2015.

O setor de petróleo e do gás está a enfrentar um momento de definição. Ao longo de 2014 Moçambique reviu completamente o seu quadro jurídico e fiscal para o setor de mineração e hidrocarbonetos. A legislação revista procura alinhar-se com as normas internacionais, e também introduziu medidas que exigem a participação local em projetos financiados por IDE. O governo acredita que as mudanças vão aumentar significativamente as receitas do setor. Um novo decreto, a lei Rovuma, regula o contrato de concessão com a Anadarko dos Estados Unidos e a italiana ENI para o desenvolvimento de uma fábrica *on-shore* de GNL, de 20 mil milhões de USD. No entanto, a atual depressão dos mercados internacionais do petróleo pode atrasar a decisão final de investimento. Por sua vez esta situação pode retardar consideravelmente o fluxo de receitas fiscais até ao final da próxima década.

As perspetivas para Moçambique continuam a ser positivas, com o crescimento do PIB previsto para 7.5% em 2015 e 8.1% em 2016, impulsionado principalmente pelo investimento contínuo em megaprojetos e infraestruturas. O principal desafio de curto prazo reside em manter o ritmo de crescimento, assegurando a sustentabilidade orçamental e da dívida. Prevê-se uma consolidação orçamental a partir de 2015; existindo, no entanto, riscos de deterioração. Dadas as limitações financeiras por parte dos doadores submetidos a programas de austeridade, e também por divergências com o governo em relação a questões de gestão das finanças públicas, em 2015 o país assistirá a uma queda significativa no nível geral do apoio ao orçamento por parte dos doadores. A consolidação orçamental poderá ser ainda mais afetada pelo processo de transição política, bem como pelo possível aumento das tensões político-militares. O país ainda sofre de elevados níveis de pobreza e vulnerabilidades. Em 2014, o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) classificou Moçambique na 178ª posição entre 187 países, com um IDH de 0.393. A taxa de pobreza continua a ser elevada, situando-se em 55% (o limiar da pobreza nacional é inferior à norma internacional de 0.6 USD) com a maioria dos pobres a viverem em áreas rurais. A pobreza é, assim, agravada pela vulnerabilidade e pelo crescimento económico que não está a gerar empregos suficientes. A médio prazo, o desafio continuará centrado na realização de um modelo de crescimento inclusivo, na diversificação da economia para além dos megaprojetos e dos recursos naturais, e na melhoria da execução da despesa pública para promover o desenvolvimento humano.

Tabela 2. PIB por setores (em percentagem do PIB)

	2009	2013
Agricultura, silvicultura, pesca e caça	30.9	28.7
dos quais pescas	1.5	1.8
Indústria extrativa (mineração e pedreiras)	1.6	3.6
dos quais petróleo
Indústria manufatureira	13.1	11.3
Eletricidade, gás e água	3.7	3.6
Construção	2.2	2.7
Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos bens de consumo; restauração e hotelaria	13.5	13.7
dos quais hotelaria e restauração	2.8	2.9
Transportes, armazenagem e comunicações	9.9	9.4
Serviços financeiros, imobiliário e serviços às empresas	9.9	10.3
Administração pública e defesa	5.0	6.2
Outros serviços	10.1	10.6
Produto interno bruto a preços básicos/custo dos fatores	100.0	100.0

Fonte: Dados das autoridades nacionais.



Política macroeconómica

Política orçamental

A orientação de uma política orçamental expansionista assumida desde 2013 resultou numa deterioração da posição orçamental do país, com o défice orçamental após donativos a atingir 10.0% do PIB em 2014. Espera-se uma consolidação orçamental progressiva para 2015 e 2016 com vista a garantir a sustentabilidade da dívida de médio prazo, e a acomodar futuras reduções do financiamento dos doadores. As despesas orçamentais atingiram um recorde de 41.4% do PIB em 2014, superiores em 6.4% do PIB às verificadas em 2013. O elevado nível das despesas também levanta problemas sobre a eficácia dos gastos públicos. A expansão orçamental acomodou despesas extraordinárias relacionadas com o processo eleitoral e despesas resultantes do acordo de paz entre o governo e a oposição. Da mesma forma, beneficiou da tributação de mais-valias de 187 milhões de USD decorrentes da transação de ações de empresas dos consórcios de desenvolvimento de gás natural. O défice orçamental global, no final de 2014, antes de donativos, foi de 14%. Se à posição orçamental forem deduzidas situações pontuais (por exemplo, eleições, impostos inesperados), o défice global antes de donativos deteriora-se para 14.2%. O financiamento de tais défices orçamentais a médio prazo implicaria o aumento do endividamento, interno e externo, aumentando o risco de sustentabilidade da dívida.

A consolidação orçamental de 4-5% do PIB deve permitir reduzir, em 2015, tanto as despesas correntes (incluindo a contenção da massa salarial), como as despesas de capital, em resultado de cortes nas despesas extraordinárias. A implementação de estruturas de avaliação dos projetos e uma melhoria da avaliação está também prevista, permitindo a priorização de projetos e a obtenção de melhores resultados na execução da despesa pública.

O aumento das despesas diminui a visibilidade do desempenho extraordinário da arrecadação de receitas. Desde 2010, o governo tem melhorado constantemente a arrecadação de receitas a uma taxa média anual de 1.25% do PIB. A cobrança de receitas atingiu 23.4% do PIB, bem acima da média do continente. Outras reformas fiscais, como a implementação de um sistema de pagamento eletrónico (e-imposto) estão previstas com o objetivo de aumentar as receitas através do alargamento da base fiscal e modernização da administração fiscal.

Em 2015, o governo vai introduzir uma reforma da administração do IVA, a partir de informações baseadas na atual base bruta para uma rede de base líquida (dos pedidos de reembolso). O total dos reembolsos do IVA em atraso, que se projeta que ascenda a 250-300 milhões de USD (cerca de 1.6% do PIB) no final de 2014, representa um grande obstáculo ao financiamento às empresas. O governo está a negociar com o setor privado o reembolso do IVA por pagar com recurso a títulos recém-emitidos em 2015.

Tabela 3. Finanças públicas (em percentagem do PIB)

	2006	2011	2012	2013	2014(e)	2015(p)	2016(p)
Receitas totais (inclui donativos)	22.9	27.3	27.5	32.2	31.4	29.0	29.0
Receitas fiscais	12.9	17.4	19.1	22.9	23.4	21.5	21.7
Donativos	7.9	7.4	5.2	5.3	4.0	3.4	3.2
Despesas totais (e empréstimos líquidos) (a)	27.0	32.4	31.6	35.0	41.4	36.4	35.7
Despesas correntes	14.2	18.3	18.6	19.8	24.1	20.0	20.5
Sem juros	13.4	17.4	17.7	19.0	22.9	18.9	19.5
Ordenados e salários	7.2	9.3	9.8	10.5	11.0	10.7	10.0
Juros	0.8	0.9	1.0	0.8	1.2	1.1	1.0
Despesas de Investimento	11.8	13.1	11.9	13.1	14.5	15.4	15.8
Saldo primário	-3.3	-4.2	-3.1	-2.0	-8.9	-6.3	-5.7
Overall balance	-4.1	-5.1	-4.0	-2.9	-10.0	-7.4	-6.7

Nota: a. Somente os principais itens de receitas e de despesas são detalhados.

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) baseado em cálculos do BAD.



Política monetária

O Banco de Moçambique continuou a sua política monetária prudente, mas ativa, em 2014, beneficiando de condições favoráveis, internas e externas, para manter a inflação em níveis baixos. A boa colheita e a valorização do Metical face ao Rand (a África do Sul é a principal origem de bens de consumo e alimentares) contribuíram para uma diminuição dos preços, assistido também pela baixa dinâmica de preços das matérias-primas internacionais, particularmente os combustíveis. O Índice de Preços no Consumidor diminuiu ao longo do ano para chegar a 1.93% em dezembro, com média de 2.56% ao longo do ano. O banco central manteve a sua política ativa visando a expansão do crédito às Pequenas e Médias Empresas (PME), baixando 75 pontos base na sua Facilidade Permanente de Cedência (FPC) para 7.5%. O *spread* para a Facilidade Permanente de Depósitos é agora de 6%. A base monetária e de crédito para o setor privado têm-se expandido progressivamente ao longo dos últimos dois anos. O crédito ao setor privado em percentagem do PIB é agora um dos mais altos da África subsariana situando-se em 33%. No entanto, o crédito encontra-se concentrado principalmente nas famílias e nas grandes empresas. O acesso ao financiamento por parte das PME ainda é visto como o maior constrangimento para o desenvolvimento de negócios. Apesar dos cortes nas taxas de FPC, as taxas de empréstimos dos bancos comerciais aumentaram marginalmente durante 2014, atingindo, em média, 21%, enquanto a taxa básica de juro aplicada a grandes empresas se manteve em 15%. A resiliência das altas taxas de empréstimo sinaliza consideráveis distorções do mercado financeiro, necessitando de reformas para promover a concorrência e a transparência no setor. A partir deste momento o aumento constante da base monetária poderia resultar num aumento da inflação. O Banco de Moçambique está empenhado em promover o financiamento das PME e manter a inflação dentro da meta designada de 5-6%.

Os ganhos anuais do Metical face ao Rand em 2014 foram principalmente revertidos durante o quarto trimestre, com uma avaliação global anual de 1.35%. Além disso, durante o quarto trimestre, o Metical caiu quase 4% em relação ao dólar, encerrando o ano com uma desvalorização global de 5.46%. A incerteza em torno da situação político-militar do país, juntamente com a transição política é inquietante para os mercados. No futuro, o aumento da incerteza em relação à gestão macroeconómica e estabilidade poderia afetar ainda mais o Metical. Enquanto as reservas internacionais em moeda estrangeira cresceram para 3.2 mil milhões de USD durante o primeiro semestre de 2014, estas foram posteriormente esgotadas por operações de mercado aberto do banco central para estabilizar o Metical deixando as reservas em 2.9 mil milhões de USD em dezembro de 2014. Este nível de reservas representa um rácio de cobertura das importações de quatro meses, líquidas das importações de megaprojetos.

Cooperação económica, integração regional e comércio

Moçambique é membro da Commonwealth e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), única organização regional de que é membro. Esta organização serve cada vez mais como um centro regional para os seus sete vizinhos, cinco dos quais não possuem acesso ao mar, servindo como passagem para o Oceano Índico. O país é membro da Oportunidade e Crescimento Africano (AGOA) com os EUA, do acordo “Tudo Menos Armas” com a UE, e está envolvido noutras negociações comerciais relevantes, como o Acordo de Parceria Económica (APE) com da União Europeia.

Moçambique representa atualmente uma pequena parcela de 0.02% das exportações mundiais, com o principal destino a ser a Holanda, recetor do alumínio da Mozal, seguida pela África do Sul, Índia, EUA e Portugal. A maior fonte das importações é, sem dúvida, a África do Sul, seguida pela China, Singapura, Emirados Árabes Unidos e Portugal, todos com níveis semelhantes.

De acordo com o índice Global de Facilitação do Comércio de 2014, do Fórum Económico Mundial (WEF), as exportações moçambicanas são as mais afetadas por dificuldades no cumprimento de requisitos de qualidade/quantidade dos compradores, inadequada tecnologia de produção e de competências, e do alto custo ou atrasos causados pelo transporte interno. As principais barreiras às importações são as tarifas, a corrupção nas fronteiras, e os complexos



procedimentos de importação. O plano de renunciar a direitos sobre todo o comércio intra-SADC de mercadorias em 2015 vai testar a competitividade e preparação do país.

Em 2014, o saldo da conta corrente deverá deteriorar-se em 2%, para um défice de 39.2% do PIB. Este resultado é, em grande parte, devido às importações consideráveis relacionadas com a intensa atividade económica em torno do desenvolvimento dos megaprojetos e dos grandes projetos de infraestruturas. O défice em conta corrente é maioritariamente financiado pelos fortes fluxos de IDE que, a médio e longo prazo, se espera que sejam progressivamente substituídos pelas receitas de exportação, logo que esses projetos atinjam a plena produção. Até lá, a próxima evolução esperada dos projetos de recursos naturais em larga escala continuará a afetar a balança de pagamentos, ampliando ainda mais o défice em conta corrente para 45-50% do PIB em 2015 e 2016.

Tabela 4. Conta corrente (em percentagem do PIB)

	2006	2011	2012	2013	2014(e)	2015(p)	2016(p)
Balança comercial	-3.7	-19.8	-27.7	-26.9	-29.4	-33.6	-31.1
Exportações de bens (f.o.b.)	33.0	27.5	26.4	25.5	25.1	20.7	20.5
Importações de bens (f.o.b.)	36.7	47.3	54.1	52.4	54.5	54.3	51.6
Serviços	-4.8	-13.1	-22.4	-17.3	-16.5	-15.2	-17.3
Rendimento dos fatores	-6.7	-1.7	0.0	-0.3	-0.9	-1.2	-2.1
Transferências correntes	6.9	7.6	5.7	7.4	7.6	4.3	3.8
Saldo da conta corrente	-8.2	-27.0	-44.4	-37.2	-39.2	-45.7	-46.8

Fonte: Dado das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) baseado em cálculos do BAD.

Política da dívida

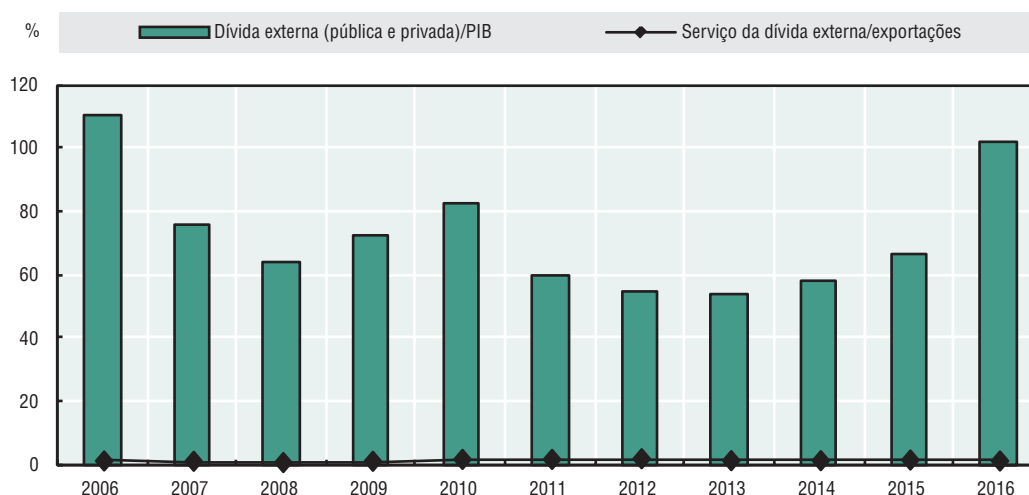
Durante os últimos dois anos, Moçambique apresentou défices orçamentais significativos que levaram a uma escalada do seu nível de endividamento. A dívida pública aumentou de 40% do PIB em 2011, para 56.8% em 2014. O cenário macroeconómico permanece favorável, com o forte crescimento esperado do PIB ancorado no investimento em expansão e na produção dos setores de mineração e hidrocarbonetos. Neste contexto, a Análise da Sustentabilidade da Dívida (ASD), realizada pelo FMI e pelo Banco Mundial, em 2014, manteve a sua avaliação de “nível de sobre-endividamento moderado”. Os níveis da dívida ainda são considerados sustentáveis, ainda que com o aumento do risco em caso de eventuais choques. No entanto, as projeções da ASD incluem como premissas cruciais: a continuação de forte crescimento e dos fluxos de IDE e uma consolidação fiscal de médio prazo a partir de 2015. A contenção dos défices orçamentais abaixo das taxas de crescimento do PIB é esperada para o nível da dívida pública em cerca de 61% do PIB em 2015 e 2016, diminuindo progressivamente a partir daí. A concretização do projeto LNG é essencial pelo seu papel no fomento do crescimento do PIB, das exportações e das receitas fiscais. A forte queda continuada do crescimento do IDE, ou um choque monetário, bem como a continuação de grandes défices orçamentais, pode pôr em risco a sustentabilidade da dívida.

Concomitantemente, houve uma mudança significativa no financiamento público com o aumento do recurso ao endividamento interno. Enquanto esta situação estimula o desenvolvimento do setor financeiro local, corre o risco de exclusão do setor privado. Ao mesmo tempo, o financiamento da dívida externa tem cada vez mais recorrido a empréstimos comerciais. Além disso, o financiamento externo por empresas públicas triplicou entre 2012 e 2014. A ampla utilização do crédito comercial diverge das diretrizes da Estratégia da Dívida de Médio Prazo, que só favorece o recurso a este tipo de financiamento para os investimentos públicos em projetos de geração económica e social com retornos que compensem os seus custos de financiamento. Além disso, a captação da dívida comercial externa está agora limitada pelo facto de o limite de endividamento não-concepcional de 1.5 mil milhões de USD, acordado com o FMI ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI), já ter sido alcançado. Para aumentar a robustez da

estrutura de gestão da dívida do país, o governo pretende expandir a cobertura da monitorização e avaliação de riscos e aumentar o uso de instrumentos de financiamento mais sofisticados, como garantias soberanas, emissão internacional de obrigações e de Parcerias Público-Privadas (PPP).

No futuro, a componente privada da dívida externa deve ultrapassar os níveis da dívida pública. O principal motor serão os investimentos massivos em projetos de recursos naturais, em especial o projeto LNG. A dívida do setor privado externo é estimada ter-se expandido de 24% do PIB em 2013, para 32% em 2014, e deve duplicar até 2017.

Figura 2. Stock total de dívida externa (percentagem do PIB) e do serviço da dívida pública (percentagem de exportações de bens e serviços)



Fonte: FMI (WEO & Article IV).

Governança económica e política

Setor privado

A implementação da segunda Estratégia de Melhoria do Ambiente de Negócios 2013-17 (EMANII) está a produzir resultados positivos. Moçambique progrediu muito no Índice de Competitividade Global, do World Economic Forum (WEF), um aumento de quatro posições, assumindo o 133º lugar, entre 144 países. No relatório “Doing Business” do Banco Mundial, com uma subida de 15 lugares para o 127º lugar, entre 189 países. As melhorias mais significativas estão relacionadas com resolução de insolvências, com a aprovação de um novo pacote de regulamentação, e o registo de imóveis, beneficiando da implementação de um sistema eletrónico. Outras recentes e importantes melhorias consistem na obtenção de licenças de construção e no comércio transfronteiriço. No entanto, o acesso ao crédito e eletricidade deteriorou-se, sendo este último o indicador de pior ranking do Doing Business (171ª posição entre 189 países). O acesso ao financiamento e a corrupção permanecem como os maiores constrangimentos para a competitividade identificados pelo WEF. Outros constrangimentos significativos são a oferta insuficiente de infraestruturas, ineficiente burocracia do governo e uma força de trabalho inadequadamente formada. O país ainda está a seguir o padrão típico de economias impulsionadas por fatores, com o IDE focado nas indústrias extrativas, enquanto as infraestruturas, inovação e educação superior e a formação são deficientes.

A forte atividade económica não é acompanhada por iguais esforços com vista a criar um ambiente que promova a concorrência e a diversificação económica. A introdução de



requisitos de propriedade internos para novos investimentos estrangeiros em alguns setores, as regulamentações rígidas do mercado de trabalho, um sistema judicial ineficiente, e as preocupações sobre a transparência nos processos de licenciamento e de grandes contratos públicos recentes abalaram o ambiente de negócios. O país sofreu quedas no *rating* da Fundação Mo Ibrahim e da Fundação Heritage em liberdade de investimento, liberdade de trabalho, liberdade fiscal, ambiente de negócios, estado de direito e corrupção.

Para melhorar a concorrência e o ambiente de negócios, o governo está a reforçar o seu quadro institucional, com a criação em 2014 de uma nova autoridade da concorrência responsável por investigar e fiscalizar as questões da concorrência na maioria dos setores. Há um instituto para o apoio às PME (IPEME), uma agência para a promoção das exportações (IPEX), o Instituto para a promoção da normalização e qualidade (INNOQ) e uma agência para a promoção do investimento estrangeiro (CPI) que atua como porta de entrada para o IDE, proporcionando isenções e benefícios fiscais.

Setor financeiro

O setor financeiro de Moçambique tem registado uma rápida expansão nos últimos anos, embora ainda seja considerado frágil. Cerca de 90% dos moçambicanos não têm uma conta aberta numa instituição financeira formal, e o crédito formal está disponível para apenas cerca de 3% da população.

O setor bancário tem 19 bancos registados representando 95% do total de ativos do sistema financeiro, o que correspondeu a 54.3% do PIB em 2013. No entanto, 87% dos ativos do total do setor financeiro estão concentrados nos cinco principais bancos, levantando preocupações sobre concorrência e acesso amplo ao financiamento. O setor está em plena expansão, tanto em ativos como em cobertura geográfica, e é considerado saudável e estável, com as autoridades reguladoras a realizar auditorias regulares e testes de *stress*. Os últimos dados disponíveis para 2014 revelam um rácio médio de adequação de capital de 15.9% e um coeficiente de reservas de 10.1% (o coeficiente de reservas obrigatórias manteve-se em 8%), enquanto os empréstimos mal parados permanecem abaixo de 4%, de acordo com as normas internacionais.

Há três serviços móveis a retalho, duas empresas de *leasing*, e uma empresa de *factoring*. A penetração dos seguros ainda é limitada (cerca de 1.4% do PIB em 2012), enquanto a implantação da rede de pagamentos a retalho - SIMO - tem enfrentado atrasos consideráveis. A Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) tem atualmente ações de quatro empresas cotadas, e as obrigações, públicas e privadas, também estão cotadas, com os valores mobiliários globais a representarem apenas 6% do PIB.

Apesar dessa rápida expansão, o acesso ao financiamento continua a ser a principal restrição para o desenvolvimento empresarial. Segundo a pesquisa FinScope 2012, 75% das micro, pequenas e médias empresas são financeiramente excluídas. Além disso, a taxa de juro anual média dos bancos comerciais continua a ser elevada em 21%. Novas leis foram aprovadas para a criação de agências de registo de crédito privado e criação de um registo de garantias móvel. Estes são elementos fundamentais para a redução do custo de financiamento. No entanto a aprovação dos marcos regulatórios foi adiada, como também é o caso da nova Lei de Combate ao Branqueamento de Capitais e Repressão ao Financiamento do Terrorismo, bem como do Fundo de Seguro de Depósitos. Espera-se que estas leis sejam totalmente implementadas em 2015.

Gestão do setor publico, instituições e reforma

O Índice de Competitividade Global 2014, do WEF, classifica Moçambique na 133ª posição entre 144 países, devido, entre outros fatores, à fraca capacidade das instituições públicas. Este é particularmente o caso dos setores da saúde e da educação, onde a prestação de serviços não foi



suficientemente beneficiada pela melhoria do ambiente macroeconómico e pela maior eficiência do mercado, apesar da expansão do emprego no serviço público.

Em 2014, o Ministério da Administração Estatal elaborou um Plano Nacional de Descentralização que irá implementar a Política e Estratégia Nacional para a Descentralização aprovada em 2012. Enquanto isso, cada ministério tem sido convidado a preparar um plano sectorial de descentralização. Hoje, menos de 30% do Orçamento Geral do Estado é alocado aos municípios, 80% dos quais para despesas correntes (principalmente salários). No entanto, o planeamento estratégico operacional e a gestão das finanças públicas a nível provincial têm melhorado significativamente nos últimos 10 anos, devido principalmente aos esforços concertados de capacitação. Contudo, enquanto os 53 conselhos municipais têm um elevado grau de autonomia na coleta e utilização de impostos locais, o seu planeamento e capacidade de gestão das finanças públicas continua frágil e dependente das transferências fiscais do Tesouro.

Em dezembro de 2014, o Parlamento aprovou um novo código penal substituindo uma lei obsoleta e introduzindo melhorias nas disposições em matéria de direitos humanos, especificamente os direitos reprodutivos das mulheres, os direitos das minorias sexuais e questões ligadas à anticorrupção.

Desde 2012, vários diplomas legislativos importantes foram introduzidos, incluindo: a lei da Probidade Pública, e a lei sobre a proteção dos direitos e interesses das vítimas, denunciantes, declarantes e testemunhas. Além disso, vários outros foram alterados, incluindo: a Lei Orgânica do Ministério Público, o Código Penal e o Código de Processo Penal. Estas alterações, há muito esperadas, têm contribuído com novos instrumentos no setor da justiça para prevenir e combater a corrupção. No entanto, a aplicação das novas disposições vai revelar-se, pelo menos, tão desafiante quanto a sua aprovação. Criar uma Comissão Central de Ética Pública eficaz e independente, com vista a prevenir e eliminar as situações de conflitos de interesse, é certamente uma prioridade.

O Ministério da Justiça e a Liga dos Direitos Humanos (LDH), têm demonstrado um forte interesse em abraçar os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos. Em 2014, Moçambique tornou-se o primeiro país africano a realizar um estudo de base dos seus direitos humanos e negócios, respeitando os princípios das Nações Unidas.

Gestão dos recursos naturais e sustentabilidade ambiental

Como atrás mencionado, em Moçambique, a maioria da população é fortemente dependente de recursos naturais para a sua subsistência e o setor primário desempenha um papel fundamental na economia do país. Além disso, o país está dotado de uma variedade rica de recursos minerais, especialmente gás, carvão, petróleo, depósitos de areias pesadas, ouro, cobre, titânio, grafite e outros minerais em quantidades significativas. A mineração está a impulsionar o crescimento do PIB, mas também é um grande desafio para o ambiente, bem como para o realojamento das populações, rendimento, risco e preparação para desastres ambientais. O projeto LNG, acordado em Dezembro de 2014, vai investir 40 mil milhões de USD no país até 2020 (FMI 2014). Utilizando o mais recente relatório da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (EITI), publicado em 2014, em 2012 as receitas públicas oriundas das indústrias extrativas atingiram cerca de 100 milhões de USD, um aumento de quase 60% em relação a 2011. Embora os dados de 2013 e 2014 não estejam disponíveis, as receitas deste setor são suscetíveis de ter crescido ainda mais, impulsionadas por fortes fluxos de IDE. Em 2014, as autoridades moçambicanas aprovaram cinco novas políticas e leis para regulamentar o setor do petróleo e gás.

Moçambique registou aumentos acentuados nas atividades madeireiras ilegais e na caça furtiva em 2014. Desde 2007, de acordo com um relatório da Agência de Investigação Ambiental publicado em 2014, uma média de 81% de toda a exploração madeireira em Moçambique foi ilegal e insustentável causando uma perda de 150 milhões de USD em impostos. Moçambique também



está a tornar-se um dos principais pontos de saída regionais de chifres de rinoceronte e de marfim de elefante. No entanto, novas oportunidades abriram-se com a aprovação da Lei de Conservação de 2014, a aplicação da legislação contra a caça furtiva e o cumprimento da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (CITES) contra o tráfico de animais selvagens. O país também criou novos veículos legais para a co-gestão comunitária da vida selvagem e ecossistemas associados por meio de unidades de conservação e, em 2014, instituiu e capitalizou um Biofundo.

Contexto político

As tensões políticas e militares de 2014, com violentos confrontos entre elementos armados da Renamo e as forças do governo, provocaram baixas militares e civis, a deslocalização de populações e a interrupção das atividades socioeconómicas. Questões de contenção relacionam-se com as abusivas leis eleitorais, o domínio das instituições do Estado pelo partido e a exclusão política e económica. A situação melhorou em setembro, quando o acordo de paz foi assinado. Este acordo previa: o cessar-fogo, o desarmamento, uma nova lei eleitoral, seguida por eleições gerais, a integração de rebeldes armados da oposição nas forças de segurança nacionais e a redução da influência da Frelimo no Estado. A Frelimo ganhou as eleições subsequentes, garantindo 144 lugares na Assembleia Nacional, mas perdendo 47 lugares e a Renamo aumentou a sua presença de 51 para 89 lugares, enquanto o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) passou de 8 para 17 representantes. Embora estes resultados tenham sido aprovados pelo Conselho Constitucional, tanto a Renamo como o MDM rejeitaram-nos alegando fraude generalizada. Esta situação criou tensão política, com a Renamo a exigir um acordo de partilha de poder que inclui a criação de regiões autónomas. Neste contexto, dado que o acordo de paz ainda se mantém, as ações dos dois principais partidos, no início de 2015, serão fundamentais para implementar o acordo e para garantir a inclusão política, a paz interna e a segurança.

Contexto social e desenvolvimento humano

Capacitação dos recursos humanos

Anualmente, existem mais de 300 000 novos candidatos ao mercado de trabalho moçambicano. No entanto, Moçambique é caracterizado pela elevada taxa de desemprego (22%) e o alto subemprego (mais de 87%). Dada a estagnação do setor manufatureiro (registou um mero crescimento de 5% em mais de uma década), a grande maioria da força de trabalho dedica-se, portanto, à agricultura de subsistência e a atividades informais. A absorção de novos trabalhadores representa um enorme desafio para o país.

Depois de uma devastadora guerra civil, que terminou em 1992, Moçambique abraçou uma estratégia de desenvolvimento económico que atraiu uma série de grandes projetos e IDE. Estes investimentos têm promovido forte crescimento económico ao longo das últimas décadas. No entanto, apesar dos esforços em curso, tanto o desemprego como a taxa de pobreza (que afeta 55% da população) mantiveram-se elevadas. A necessidade de criação de mais e melhores empregos conduziu a esforços para melhorar o sistema de ensino e o ambiente de negócios para que os novos investimentos tenham um efeito transformador em geral.

Os novos grandes investimentos criaram uma procura por mão-de-obra qualificada. No entanto, a maioria dos diplomados do sistema de educação de Moçambique não possuem as habilidades necessárias para trabalhar nesses projetos e a natureza desses investimentos de capital intensivo cria relativamente poucos empregos.

Em resposta a estes desafios Moçambique tem vindo a implementar iniciativas para melhorar a qualidade e a orientação para o mercado da educação. Estas iniciativas incluem a promoção de escolas técnicas e oportunidades de educação à distância. O governo também negociou com



as empresas mineiras multinacionais o dever de oferecer formação aos moçambicanos para os postos de trabalho recém-criados. Em 2014, Moçambique lançou também um debate nacional sobre o desenvolvimento de uma política de industrialização e sobre se as regras e regulamentos que exigem o uso de matérias-primas locais devem ser introduzidos no âmbito dos investimentos estrangeiros de modo a incentivar o desenvolvimento do setor privado e do emprego.

Em 2014, seis novas escolas técnicas secundárias e duas instituições de ensino técnico médio foram também concluídas. Cerca de 12 500 pessoas e 112 novos professores irão beneficiar das escolas, ao mesmo tempo que as instituições vão alargar a educação à distância a cerca de 24 677 alunos.

Em termos de educação e saúde infantil, Moçambique registou progressos significativos no sentido de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), com uma taxa de escolarização primária líquida, em 2014, de mais de 77% (contra 64.5% em 2009). As metas para a mortalidade infantil e de menores de cinco anos já foram atingidas. Em 2012, a mortalidade infantil foi de 64 por 1 000, enquanto a mortalidade para os menores de 5 anos foi de 97 por 1 000 nados vivos, que compara com as metas de 67 por 1 000 e 108 por 1 000, respetivamente. No entanto, a mortalidade materna continua a ser um motivo de preocupação, já que se situa em 408 por 100 000 nados-vivos. A taxa nacional de HIV continua a ser elevada, mas estabilizou em 11.5%.

Redução da pobreza, proteção social e trabalho

Enquanto a economia se expandiu fortemente, com um crescimento baseado principalmente no elevado investimento estrangeiro de capital intensivo e com pouca articulação com o resto da economia, o seu efeito na redução da pobreza tem sido marginal.

A maioria dos moçambicanos (55%) ainda vive do limiar de pobreza – com um rendimento inferior 0.6 USD/dia. Com a utilização de outras linhas de pobreza internacionalmente aceites (1.0 USD e 2.0 USD/dia) a pobreza em Moçambique é mais profunda, situando-se em 60% e 82%, respetivamente.

O Relatório sobre o Desenvolvimento Humano (RDH) de 2014, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), classifica Moçambique na 178^a posição entre 187 países, com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.393. No entanto, progressos significativos foram alcançados na saúde, educação, rendimento e nível de vida, como o IDH do país atesta. O IDH melhorou em 60% desde a década de 1980. No entanto, 70.2% dos moçambicanos ainda são considerados multidimensionalmente pobres. Cálculos sobre saúde, educação e nível de vida, incluindo água, eletricidade, saneamento e combustível para cozinhar, entre outros, mostram que 14.8% da população está perto de cair na pobreza multidimensional. Os esforços para melhorar a média de anos de escolaridade (3.2 anos de escolaridade por adulto) não produziram grandes resultados, embora o rendimento nacional e a esperança de vida tenham vindo a melhorar. A principal fonte de privação multidimensional entre os moçambicanos é o nível de vida, seguido por privação em educação e saúde.

Em resposta a esta situação preocupante, o governo introduziu uma série de iniciativas que vão desde transferências de receitas para a melhoria da capacidade e construção comunitária. Na sequência de um aumento nas dotações orçamentais para gastos sociais em 2013, as pensões para os mais vulneráveis aumentaram 1 500 meticais (50 USD). Além disso, esquemas de transferência de receitas adicionais foram iniciados, incluindo transferências de rendimentos pelo trabalho, que atingiram mais de 11 000 beneficiários em seis províncias em 2014; transferências sociais básicas diretas a mais de 3 000 beneficiários; e as transferências sociais temporárias a mais de 51 000 beneficiários temporariamente afetados por desafios como a doença, desastres naturais e acidentes. No geral, a alocação do Orçamento do Estado para transferências sociais aumentou 2.5% desde 2012.



Moçambique está a tentar remediar o crescimento do desemprego através da incorporação de políticas de criação de emprego, industrialização e melhoria de negócios nos seus documentos mais recentes de política (que incluem um Documento de Estratégia de Redução da Pobreza, a estratégia de desenvolvimento económico e os planos do governo). Em 2014, o ministério responsável pela área laboral também criou um grupo de coordenação nacional sobre o emprego e começou a preparar um projeto de política nacional de emprego. Estes desenvolvimentos são recentes e devem reforçar os esforços do ministério para melhorar a formação profissional e promover o auto-emprego entre os jovens, inclusive por meio da Estratégia do Ensino Técnico e Formação Profissional (ETFP).

Igualdade de género

Na última década, Moçambique tem vindo a seguir uma agenda de empoderamento das mulheres, que incluiu: promoção das mulheres no governo; aprovação de regulamentos legislativos tais como a revisão do código penal, com uma melhor proteção às mulheres; lançamento de campanhas de sensibilização para os direitos das mulheres e a promoção da paridade de género na educação.

Esta agenda ativa tem produzido resultados como: o número de ministros do sexo feminino aumentou de 15% em 2003, para 28.5% em 2014; o número de lugares ocupados por mulheres no parlamento aumentou de 29% em 1997, para 39%; a participação das raparigas no ensino primário atingiu mais de 77%; e a introdução de várias leis que protegem as mulheres, incluindo uma lei de 2014 penalizando a violência contra as mulheres. Houve também uma expansão do número de concelhos distritais que estão a avançar nos direitos das mulheres a nível local.

No entanto, as mulheres continuam sub-representadas nos principais processos de tomada de decisão, sejam eles políticos, económicos ou sociais e a maioria das mulheres ainda são analfabetas (60%). A consciência destes direitos e a sua aceitação geral poderiam ser melhoradas. Alguma resistência é atribuível a um aparente conflito entre essas novas leis e as crenças tradicionais sobre funções, direitos e privilégios das mulheres na sociedade. Em 2014, o governo aumentou os seus esforços de sensibilização dessas leis por meio da realização de seminários e de atividades de capacitação.

Análise temática: Desenvolvimento territorial e inclusão espacial

Moçambique tem uma população de 24 milhões de pessoas dispersas ao longo de um relativamente grande país de cerca de 800 000 km², com 2 300 km de costa banhada pelo Oceano Índico, dividido ao meio pelo rio Zambeze, que se estende para o interior para o oeste, para a província centro-norte de Tete. O Norte de Moçambique é caracterizado por montanhas, planaltos e terras altas acidentadas, enquanto o sul, é, na sua maior parte, de planície de savana. De norte a sul, as zonas agro-climáticas variam de áreas húmidas, sub-húmidas a semiáridas, com 62.7% das terras utilizadas na agricultura.

A densidade demográfica é baixa, embora existam concentrações ao longo dos corredores de transporte e nos grandes centros urbanos, a maior parte das quais estão situadas no centro-sul, juntamente com a capital, Maputo. Maputo representa apenas cerca de 15% da população total, enquanto as restantes cidades são responsáveis por um valor aproximado de 15%. A atividade económica está agrupada em torno da rede de transportes que ainda segue o padrão colonial de corredores transversais de penetração oeste-leste que ligam as áreas do interior mineiro (centro e sul) e agrícola (mais predominantemente norte) aos países vizinhos e aos portos do litoral. Os vários portos marítimos do país são as saídas naturais para seus vizinhos sem litoral, Zimbábue, Zâmbia e Malawi. Os portos também estão competitivamente posicionados para servir o Botswana, a Suazilândia e as regiões norte da África do Sul. No entanto, as conexões dos corredores transversais são fracas.



Moçambique centrou a sua política de desenvolvimento pós-guerra civil na transformação de seus corredores de transporte tradicionais em Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (IDE). Desde meados da década de 2000 o país tem investido fortemente em infraestruturas, a uma taxa média de 10% do seu PIB ao ano. Mesmo assim, as infraestruturas ainda estão longe de ser suficientes para as necessidades do país. Além disso, o investimento foi distribuído de modo muito desigual contribuindo para as enormes disparidades geográficas, em particular entre a capital e o resto do país, bem como entre as zonas rurais e urbanas. As áreas urbanas desproporcionalmente beneficiadas com o investimento de capital em ambos os setores, público e privado, levam a uma melhor educação e padrões de vida mais elevados na capital. A migração interna resultou num êxodo das áreas rurais. Mais recentemente este desequilíbrio espacial começou a inverter-se com o IDE substancial, principalmente no centro e norte do país.

Moçambique tem duas IDE bem estabelecidas: o Corredor de Maputo e o Corredor da Beira. Estes estão, sem dúvida, entre os melhores e mais bem-sucedidos IDE em África. O Corredor de Nacala, também conhecido como o Corredor de Desenvolvimento do Norte, está a consolidar-se rapidamente, e três IDE adicionais estão a ser desenvolvidos: o Corredor do Libombo (ligando o Corredor de Maputo para as zonas costeiras da África do Sul); o Corredor de Limpopo (que liga Maputo por via férrea ao Zimbabwe); e o Corredor Mueda-Lichinga (ligando o Lago Niassa à porta costeira de Pemba e à Tanzânia). Três destes IDE (Maputo, Beira e Limpopo) são suportados como Programas de Iniciativas Regionais de Desenvolvimento Espacial (RSDIP), no quadro da SADC, tornando Moçambique o país com mais RSDIP da África subsariana.

O Corredor de Desenvolvimento de Maputo (CDM) foi um dos primeiros IDE na África subsariana, e é muitas vezes considerado o mais bem-sucedido. O corredor está construído em torno de uma ligação rodoviária e ferroviária entre Maputo e as províncias Sul-Africanas de Gauteng e Mpumalanga. O corredor também fornece a Suazilândia com um porto de mar alternativo para Durban. O projeto-âncora foi o projeto da fábrica de mil milhões de USD da fundição de alumínio Mozal, nos arredores de Maputo. Até 2015, o CDM já atraiu mais de 2.8 mil milhões de USD em investimentos e atualmente é responsável por 42% do total das receitas de exportação do país, abrigando uma diversidade de empresas intersetoriais. O CDM emprega diversas estruturas de PPP para os seus empreendimentos rodoviários, ferroviários, portuários e gasodutos. Este quadro institucional público-privado foi fornecido pela Maputo Corridor Logistics Initiative, uma organização sem fins lucrativos, constituída por investidores de infraestruturas, prestadores de serviços e por países interessados no CDM de Moçambique, ou seja, África do Sul e Suazilândia.

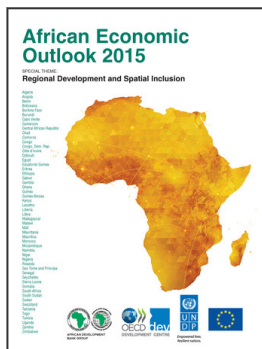
Historicamente, o Corredor da Beira liga o Zimbabwe por via rodoviária e ferroviária ao porto da cidade de Beira, no centro de Moçambique. O corredor evoluiu, mais tarde, de modo a incluir ligações ferroviárias para as operações de mineração em Tete, e ligações rodoviárias para o Malawi, a Zâmbia e também para a República Democrática do Congo (RDC). Em 2010, o corredor expandiu-se para o Corredor de Crescimento Agrícola da Beira (CCAB), lançado pelo governo moçambicano durante o Fórum Económico Mundial em Davos e por investidores privados, organizações de agricultores, o Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional (DFID), a Noruega e a Holanda. O BAGC é uma iniciativa inovadora que visa o desenvolvimento dos 10 milhões de hectares de terra arável existentes ao longo do corredor. É gerido por uma parceria composta pelo governo local e central, organizações nacionais e internacionais do setor privado, doadores e ONG. O CCAB é suportado por um fundo catalítico (financiado pelo DFID, a Noruega e a Holanda), que prevê o financiamento da fase inicial de empresas agrícolas socialmente responsáveis e comercialmente viáveis, numa base de recuperação de custos.

Desde 1998, Moçambique tem vindo a introduzir de forma cautelosa reformas de descentralização, com o objetivo de transferir mais poder e recursos aos governos locais a nível provincial, distrital e municipal. Estas reformas podem ser caracterizadas como relativamente modestas face à necessidade de um maior desenvolvimento. Apesar de todos os governos distritais estarem agora a elaborar planos de desenvolvimento estratégico de forma participativa,



a integração desses planos no sistema de planeamento nacional, que continua a ser dominado por prioridades setoriais (não territoriais), continua a ser um grande desafio e um objetivo que é bem aceite e está atualmente em análise. Além disso, embora se tenha registado um progresso substancial na descentralização (ou desconcentração) de responsabilidades administrativas e técnicas, a descentralização de recursos ainda está muito atrasada. Mais de 70% do orçamento do Estado e quase todo o orçamento de investimentos está concentrado nas mãos de ministérios e outras instituições centrais localizados em Maputo. A situação é ainda mais grave para os municípios, resultando numa fraca prestação dos serviços públicos em particular no que diz respeito ao licenciamento do uso da terra, desenvolvimento e infraestruturas.

O governo está atualmente a expandir a sua capacidade e os instrumentos de planeamento de desenvolvimento territorial. A Comissão de Coordenação de Estudos e Projetos (COCEP), uma unidade específica para o planeamento do desenvolvimento territorial criada dentro do Ministério dos Transportes e Telecomunicações, está a desenvolver uma estratégia para o desenvolvimento de polos de crescimento, com o apoio do Banco Mundial e de outros doadores. Quatro Polos-chave de Crescimento - Tete, Nampula, Nacala e Chimoio - estão a desenvolver-se rapidamente beneficiando dos corredores existentes e do aumento dos investimentos e da atividade nos setores de mineração, energia, indústria transformadora e agro-negócios. No futuro, a fim de promover um desenvolvimento espacial mais equilibrado, o governo deve desenvolver mecanismos para permitir que autoridades locais partilhem os recursos gerados pelos megaprojetos e pelo forte desenvolvimento económico. Um primeiro passo nesse sentido foi a introdução de transferências diretas de uma pequena parcela das receitas provenientes das indústrias extractivas para as províncias ricas em recursos. Apesar deste movimento, é necessária uma revisão completa do sistema de transferências fiscais intergovernamentais, bem como uma maior participação local no processo de planeamento territorial.



From:
African Economic Outlook 2015
Regional Development and Spatial Inclusion

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2015-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2015), "Moçambique", in *African Economic Outlook 2015: Regional Development and Spatial Inclusion*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264233362-29-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.